XXX Encontro Anual de Iniciação Científica
VII Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior
eaic 2021

OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NOS PAÍSES DO CONE SUL

Luiza Regiane Gaspar Ienke (PROVIC/CNPq/FA/UEPG), Lislei Teresinha Preuss (Orientadora), e-mail: lisleipreuss@hotmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

Serviço Social e Serviço Social Aplicado
Palavras-Chave: *Serviço Social na Saúde, Proteção Social, Saúde da Mulher.*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal identificar ações, programas e legislações que asseguram os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Atenção Primária à Saúde (APS), nos países do Cone Sul, em razão de que esses direitos fazem parte dos direitos humanos universais e só foram reconhecidos há menos de 30 anos. Foi delimitado a pesquisa acerca dos métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis e o aborto. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que cada país possui suas especificidades no que se refere aos direitos sexuais.

Introdução

Esse resumo apresenta como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres são garantidos na APS nos países do Cone Sul, por meio de ações, programas e legislações, sendo esses países, a Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Este tema tem sua devida importância, visto que tais direitos fazem parte dos direitos humanos universais, mas ainda são muitas as mulheres que os desconhecem e sofrem com a violação dos mesmos, impactando diretamente a sua saúde sexual e reprodutiva. Desta forma, buscou-se delimitar a pesquisa evidenciando as questões que envolvem os métodos contraceptivos, como uma expressão do planejamento familiar, prevenção e tratamento das infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a questão do aborto, visto que quando se fala de Direitos Sexuais e Reprodutivos temos uma vasta discussão. Se faz necessário destacarmos aqui que APS, é entendida como um nível no serviço de saúde que é entrada aos demais níveis, direcionando a atenção à pessoa e não a enfermidade (STARFIELD, 2002). É neste nível que a saúde sexual e reprodutiva deve ter atendimento prioritário (BRASIL, 2013) e os profissionais em seu cotidiano de trabalho se deparam com muitas demandas que envolvem a sexualidade (LEMOS, 2014).

Material e Métodos

A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, sendo bibliográfica e documental. Por meio dos materiais bibliográficos, como artigos científicos e revistas foi possível fomentar mais conhecimento sobre a temática, e por meio da pesquisa documental, baseada em legislações e sites oficiais foi possível a identificação das ações, programas e legislações.

Resultados e Discussão

Foram identificadas, portanto, as ações, programas e legislações de cada país. Em todos os países os métodos contraceptivos são distribuídos de forma gratuita. Na Argentina e no Uruguai o aborto não é penalizado até a 14º semana de gestação. No Brasil e no Chile o aborto não é penalizado em três situações: se não há outro meio de salvar a vida da gestante, se é resultado de estupro ou quando o feto é anencefálico. E no Paraguai o aborto não é penalizado apenas se não há outro meio de salvar a vida da gestante. Para regulamentar o planejamento familiar todos os países contam com leis ou programas, a maioria promove também a prevenção e tratamento das ISTs, e todos possuem tratamento gratuito.

Conclusão

Conclui-se que, cada país possui suas especificidades em alguns segmentos e semelhanças em outros. Vale destacar que a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos depende de políticas públicas consistentes na área da APS, que sejam alinhadas à realidade para alcançar todas as demandas, levando em consideração tais desigualdades sociais existentes, para não violar os direitos, que muitas vezes não são reconhecidos em sua totalidade como deveriam. Quando se depara com altos índices de gravidez indesejada e abortos inseguros, observa-se que são consequências de violação de direitos das mulheres.

Agradecimentos

Meus agradecimentos à Universidade Estadual de Ponta Grossa que realizou o financiamento parcial para a realização da pesquisa, agradeço à professora orientadora Lislei T. Preuss que me auxiliou neste processo de construção.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva.** Brasília - DF, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf> Acesso em: 26. Ago. 2020.

LEMOS, Adriana. **Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais da atenção primária em saúde**. Saúde debate vol.38 no.101 Rio de Janeiro Apr./June 2014**.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000200244 >. Acesso em: 27. Mar. 2021.

STARFIELD, Barbara. **Atenção Primária. Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0253.pdf > Acesso em: 29. Ago. 2020.

ISSN 1676-0093